



CÂ DEPUTADOS
Galputada Federal **Ana Pimentel** – PT/MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Da Sra. Ana Pimentel)

Solicita a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Legislação Participativa para debater o Combate ao Assédio e à Violência de Gênero nas Forças Policiais.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão Permanente, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para discutir o Combate ao Assédio e à Violência de Gênero nas Forças Policiais.

Solicito que sejam convidados:

1. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
2. Tatiane Leal Albergaria de Oliveira - Perita Criminal MG;
3. Erick Souto Guimarães- Perito criminal MG;
4. Jaqueline Evangelista Rodrigues - Investigadora de Polícia MG;
5. Aldair Drumond - pai da falecida Rafaela Drumond - escrivã da Polícia Civil MG;
6. Kerlly Barbara Mariano dos Santos - Administrativa da PCSP.

JUSTIFICAÇÃO

As instituições policiais são pilares fundamentais para a garantia da segurança pública e do Estado Democrático de Direito. No entanto, quando essas mesmas





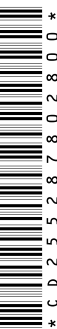
instituições se tornam cenários de assédio, violência de gênero e discriminação contra suas próprias integrantes, a contradição é intolerável.

Combater o assédio às policiais femininas não é apenas uma questão de justiça laboral, mas uma urgência ética e social, pois a violência institucional mina a credibilidade das forças de segurança, destrói vidas e perpetua ciclos de impunidade. Há relatos de policiais femininas que sofrem comentários sexuais explícitos de colegas e superiores, são alvo de piadas sexistas e têm seu trabalho desvalorizado em função do gênero. Em situações mais graves, há denúncias de toques indesejados, tentativas de intimidação sexual e até mesmo assédio sexual explícito. A cultura machista presente em algumas instituições policiais contribui para a normalização dessas condutas, dificultando que as vítimas se sintam seguras para denunciar.

Casos como o da escrivã Rafaela, da Polícia Civil de Minas Gerais, expõem essa realidade brutal: após denunciar assédio sexual e agressões de colegas, ela foi encontrada morta em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas. Seu caso simboliza a tragédia de quem busca justiça em um ambiente que deveria ser o primeiro a assegurá-la. Além deste episódio, diversos outros casos vêm sendo denunciados em diferentes estados do país, evidenciando um cenário estrutural de violência de gênero dentro das forças policiais.

Além do impacto individual, o assédio prejudica o ambiente de trabalho como um todo. A confiança e o respeito mútuo, pilares de qualquer equipe eficaz, são corroídos quando o assédio é tolerado. Policiais femininas que se sentem assediadas podem ter sua produtividade diminuída, sua motivação abalada e sua capacidade de trabalhar em equipe comprometida. Um ambiente hostil também dificulta a atração e a retenção de talentos femininos, limitando a diversidade e a representatividade dentro das forças policiais.

Diante disso, a presente audiência pública, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, tem como objetivo promover um espaço de escuta, articulação e formulação de propostas a partir da colaboração entre a sociedade civil, especialistas, entidades de classe, organizações feministas, sindicatos, representantes das instituições de segurança pública e parlamentares. A CLP, como canal institucional de participação social no Parlamento, tem o dever de fomentar o debate público qualificado e subsidiar



iniciativas legislativas que enfrentem as violências de gênero no interior das corporações policiais, garantindo mecanismos de proteção, acolhimento e responsabilização dos agressores.

Pelo exposto, solicita-se a aprovação deste requerimento, reafirmando o papel desta Comissão como espaço privilegiado para a construção de políticas públicas democráticas e comprometido com os direitos humanos, a equidade de gênero e a valorização das servidoras da segurança pública.

Sala da Comissão, _____ de 2025.

ANA PIMENTEL

Deputada Federal – PT/MG

